**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT 5 – Política e Economia da Informação**

# REGIME DE INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: REFLEXÕES E DISCUSSÕES

## *INFORMATION REGIME AND ATTITUDINAL ACCESSIBILITY IN UNIVERSITY LIBRARIES: REFLECTIONS AND DISCUSSIONS*

**Ana Paula Lima dos Santos.** UFF.

**Elisabete Gonçalves de Souza.** UFF.

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Aborda o conceito de documento atribuído por Frohmann sob seus aspectos socioculturais. Aponta a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, como um dispositivo normativo que por seu poder legal transforma os caminhos públicos e sociais e interfere na atitude da sociedade frente aos direitos das pessoas com deficiência. Relaciona a discussão com o conceito de regime de informação de modo a entender a relação das ações de informação com as políticas de informação e os atores envolvidos nesse processo. Discute a acessibilidade atitudinal como uma preocupação nos ambientes públicos, principalmente na biblioteca universitária. Tem como metodologia a revisão de literatura. Conclui que a materialização dos direitos das pessoas com deficiência quando discutida em suas dimensões legal, social e ético-cultural, pode promover ampliar as discussões sobre acessibilidade e inclusão social desnaturalizando temas como o capacitismo.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade Atitudinal. Lei Brasileira de Inclusão. Regime de Informação. Biblioteca Universitária. Capacitismo.

**Abstract:** It approaches the concept of document attributed by Frohmann under its sociocultural aspects. It points to the Brazilian Inclusion Law - LBI, as a normative device that, by its legal power, transforms public and social paths and interferes with society's attitude towards the rights of people with disabilities. It relates the discussion to the concept of information regime in order to understand the relationship of information actions with information policies and the actors involved in this process. Discusses attitudinal accessibility as a concern in public environments, especially in the university library. Its methodology is the literature review. It concludes that the materialization of the rights of people with disabilities, when discussed in their legal, social and ethical-cultural dimensions, can promote broadening discussions on accessibility and social inclusion, denaturalizing themes such as ableism.

**Keywords:** Attitudinal Accessibility. Brazilian Law of Inclusion. Information Regime. University Library. Ableism.

## 1 INTRODUÇÃO

As questões informacionais vêm ganhando destaque nos mais diversificados fóruns de discussão, abarcando temas políticos, econômicos, culturais, sociais etc. Entre eles encontram-se as políticas de acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência. Nos estudos sobre regimes de informação sua consolidação envolve estratos semânticos, a informação em si; elementos estruturais, como as normas, leis e regulamentos e elementos infraestruturais, como as tecnologias assistivas.

Esse cenário se configura como um regime de informação no sentido estrito, pois abarca um campo da política – a inclusão social de pessoas com deficiência. Seu modo de produção informacional envolve as instituições, estatais e civis, os sujeitos, as autoridades, os recursos (materiais, financeiros), diretrizes e padrões, os meios de organização, processamento, preservação, avaliação, seleção, distribuição e acesso à informação. O meio social em que essas ações ocorrem também é parametrizado por comportamentos e atitudes, que estão previstos nas normas sociais e que são reforçados pela norma legal – como a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei n. 13.146/2015.

No campo do ensino superior público, cabe às bibliotecas universitárias mobilizar ações de informação que favoreçam a inclusão da pessoa com deficiência. Estas não devem ocorrer de forma isolada, mas integradas às políticas de informação institucionais imbuídas de um objetivo maior: tornar a biblioteca uma instituição social inclusiva por meio do oferecimento de serviços e produtos acessíveis, além de um ambiente acolhedor.

O objetivo desta pesquisa é discutir o regime de informação da formação social "biblioteca universitária", no que tange à acessibilidade atitudinal, buscando discutir as ações formativas, partindo-se da crítica ao capacitismo, de modo a entender como esse debate se insere no atual regime de informação em que se acirram as lutas pela emancipação dos grupos sociais historicamente vulneráveis, como a pessoas com deficiência. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento no doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense.

Esta pesquisa, tem como um de seus referenciais a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), documento que se destina a garantir o direito da pessoa com deficiência - em condições de igualdade - o exercício dos direitos e das garantias fundamentais, tendo como objetivo a inclusão social e a cidadania (BRASIL, 2015). Nesse cenário, a acessibilidade atitudinal, que

está relacionada com a eliminação de preconceitos, estereótipos e toda ação discriminatória ganha destaque e junto a ela se insere na discussão sobre o capacitismo na prática do trabalho nas instituições, como as bibliotecas universitárias. Sendo assim, indagamos: de que forma a LBI aborda essa temática tendo em vista um regime de informação em que a inclusão social da pessoa com deficiência se instaura como um direito? Qual o efeito desse documento no processo de acolhimento da pessoa com deficiência na biblioteca universitária?

Segundo González de Gomez (2003) uma formação social dominante define o modo de produção informacional vigente, assim como, o seu lugar, tempo e cenário. No campo das políticas públicas, as ações dos sujeitos, das instituições, assim como, as regras e autoridades são delineadas pelo Estado. Cabe às instituições, como as bibliotecas, padronizar o modo de organizar, distribuir e difundir a informação, proporcionando a formação de redes cooperativas formais e informais, relativamente estáveis, operacionalizadas mediante ações de informação, as quais se caracterizam como de mediação, formativas e relacionais – estas últimas, ações que agregam valor à informação: seleção e avaliação de documentos para atender as demandas de informação de uma comunidade de usuários.

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, sendo a pesquisa identificada como do tipo exploratória, de caráter qualitativo. Na primeira etapa levantou-se livros sobre o assunto em bases de dados bibliográficas, na segunda, artigos nas bases de dados BRAPCI[1] e BENANCIB[2]. Em ambas as etapas usamos como termos de busca as palavras “acessibilidade” “inclusão” e “pessoa com deficiência”, associadas aos termos “capacitismo”, “biblioteca universitária” e “regime de informação”. Não foram estabelecidos um período cronológico, pois a ideia era realizar uma recuperação exaustiva das fontes, tendo em vista a pouca literatura disponível na área da Ciência da Informação relacionando as temáticas da inclusão social e acessibilidade com a noção de regime de informação, conceito que norteou a pesquisa.

Nas discussões sobre regime de informação selecionamos, como referenciais teóricos, as produções de Gonzalez de Gomez (2002, 2003, 2019); Frohmann (1995,2006) e Bramann (2004). Sobre o capacitismo utilizamos os textos de Campbell (2001, 2009); Avila (2014); Blackmore (2016); Brown (2020); Gesser; Block e Mello (2020) e Gillberg (2020). Sobre o tema

[1] BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação.
[2] Repositório que reúne o conjunto dos trabalhos e palestras apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB).

inclusão das PcD em bibliotecas e acessibilidade, os estudos de Sassaki (2005 e 2009); Almeida; Furtado e Diniz (2017).

## 2. CAPACITISMO: ABORDAGENS CRÍTICA SOBRE A QUESTÃO DA INCLUSÃO

A pessoa com deficiência vivenciou um longo processo de opressão. Mas desde a segunda metade do século XX esse grupo social vem travando uma luta política pela garantia de seus direitos e justiça social. No Brasil a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) materializa parte dessas conquistas, no sentido de derrubar as barreiras que impedem a participação social da pessoa com deficiência em todas instâncias da vida social e isso inclui qualquer comportamento ou atitude que possa limitar o gozo e o exercício de seus direitos à acessibilidade, entre outros, como o acesso à informação.

No escopo desse marco legal está a barreira atitudinal, “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Todos somos iguais, independente de raça, credo, condição física ou social. No art. 88 da Lei ((BRASIL, 2015), a prática, a indução ou mesmo a incitação discriminatória da pessoa em razão da sua deficiência pode resultar em pena de 1 a 3 anos de reclusão e multa. Logo a promoção de ações de informação formativas, que ressalta a questão dos direitos da pessoa com deficiência enquanto um valor social, pode inibir atitudes discriminatórias dentro da biblioteca, além de contribuir para que tenhamos um ambiente acolhedor e seguro. No entanto, não se descarta a possibilidade de a Lei ser acionada, caso haja violação dos direitos. Mas o víeis educativo, será sempre a primeira opção, pois entende-se as bibliotecas como instituições formativas.

No caso das bibliotecas, mais do que adequar seus espaços físicos, prover o acesso à informação à pessoa com deficiência é um dever, assim como tratá-la com respeito e cordialidade. Ao defender o direito de igualdade mencionando a barreira atitudinal a LBI se coloca como um dispositivo anticapacitista e contribui por meio de sua autoridade legal à defesa da igualdade independente da condição física das pessoas. Essa reflexão é importante porque mostra o quanto precisamos avançar para que a inclusão se efetive enquanto um direito social. Nesse processo, a busca de uma nova direção ética e moral se faz necessária e as bibliotecas, como instituições sociais devem incentivar ações de informação formativas/educacionais com vista a construir uma mudança de comportamento e atitude. O que significa dizer que, não basta equipar as bibliotecas com tecnologias assistivas se os

processos de mediação da informação – como os instrumentos de busca, catálogos, base de dados não atendem as demandas desse público; se o ambiente não é respeitoso e acolhedor; se a acessibilidade atitudinal não faz parte da política de informação.

Na literatura essa questão vem sendo abordada nos estudos sobre capacitismo, na perspectiva analítica que aborda a discriminação das pessoas por conta da sua deficiência, além de outros aspectos, ampliando o eixo da opressão na intersecção com o racismo e o sexismo, e outras formas de segregação social (GESSER; BLOCK; MELO, 2020).

Baseando-se nos estudos de Fiona Campbell (2001, 2009), McRuer (2006), Gregor Wolbring (2008) e Sunaura Taylor (2017), Gesser; Block e Melo (2020) definem o capacitismo como estrutural e estruturante. A sociedade institucionaliza idealiza um tipo de pessoa e isso se reflete na forma de se relacionar com ela. Essa visão baseada no estereótipo do sujeito ideal, reitera-se nas práticas sociais, sendo internalizada e aceita de forma natural, o que leva alguns indivíduos a "[...] considerarem os corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes" (GESSER; BLOCK; MELO, 2020, p. 18).

Segundo os autores o capacitismo foi produzido de forma compulsória por meio dos discursos biomédicos, sustentados pelo binarismo (norma/desvio), que leva a uma busca de uma performance normativa como "capazes"; que se relaciona com as práticas eugênicas, baseando-se no que é considerado como um corpo normal (corponormatividade), com isso justificava-se práticas como encarceramento compulsório, esterilização involuntária e até mesmo a morte de pessoas com deficiência.

Nesse sentido, capacitismo é definido como um conjunto de concepções, ações e práticas onde são produzidos um modelo de corpo, que é visto como perfeito, característico da espécie humana, e sob essa perspectiva equivocada a deficiência é vista como um "erro de fábrica" e retratada como um estado inferior do ser humano (CAMPBELL, 2001). Assim, incorporar o capacitismo, no mesmo nível do sexismo, do racismo, vendo-o como uma cultura discriminatória interseccional reproduzida nos discursos mais radicais e heterogêneos, permite-nos associar as lutas anticapacitistas ao lado de outras como as antirracistas, feministas, decoloniais, amplificando assim seu poder de resistência (AVILA, 2014).

## 2.1 Os regimes de informação no cenário da acessibilidade e inclusão

Para Frohmann (1995, p. 2) regime de informação é "[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores, via estruturas organizacionais específicas para consumidores específicos". Enquanto que para González de Gomez (2002) regime de informação consiste de um conjunto de redes sociocomunicacionais formais e informais (mais ou menos estáveis) "[...] nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2002, p. 34).

Ainda de acordo com González de Gomez (2019, p. 2), o termo regime de informação se originou nos estudos de informação com a intenção de "[...] analisar a posição e os papéis de práticas, profissões, instituições e recursos de informação, nas novas configurações das relações da sociedade, do Estado e do mercado". Sob a perspectiva dos regimes de informação encontram-se os instrumentos normativos, por isso quando muda uma legislação, como, por exemplo, as leis voltadas para inclusão, em que se destaca a LBI, altera-se a estrutura organizativa e forja-se, pela força do próprio dispositivo legal, novos comportamentos.

A LBI como um dispositivo legal, em seu art. 3, inciso VI, garante os direitos da pessoa com deficiência e obriga as instituições públicas e privadas a adaptarem seus espaços para receber essas pessoas, partindo do entendimento que deficiente é o ambiente e não a pessoa que possui uma deficiência (BRASIL, 2015). As deficiências podem ser múltiplas, além de física, existem a intelectual, visual, a auditiva e outras, num quadro de maior complexidade, ou seja, uma pessoa pode ter mais de uma deficiência, logo, preparar apenas o acesso físico não resolve a questão da acessibilidade nos espaços públicos e privados. Se faz imperativo, por exemplo, nas bibliotecas, que tenhamos pessoas que saibam usar as tecnologias assistivas; que saibam utilizá-las para instruir a pessoa com deficiência; é preciso pessoas que saibam libras; que saibam como atender uma pessoa com deficiência, pois a inclusão também envolve atitudes de acolhimento e respeito ao outro.

Essas demandas legais geraram preocupações e mudanças de posturas dos profissionais que atuam em espaços públicos, como as bibliotecas universitárias e a questão atitudinal se tornou o foco das diretrizes de atendimento ao usuário com deficiência e o entendimento do capacitismo se tornou um conceito importante para as pessoas que trabalham nesses espaços e lidam com o público.

As mudanças impostas pelas necessidades e configurações sociais, onde a ebulição dos direitos conquistados abre portas para que as pessoas com deficiência tomem o seu lugar, que é de direito, direciona o profissional da informação se atentar às nuances que envolvem o discurso capacitista, colocando sob crítica e o desnaturalizando.

Não é porque não se tem um público com deficiência na biblioteca ou nos espaços públicos e privados que se deve menosprezar a necessidade de se criar um ambiente inclusivo. O fato desse público não frequentar a biblioteca é mais um motivo de preocupação e investigação da área de estudos de usuários, de modo a identificar as causas dessa ausência. A acessibilidade e a inclusão são demandas sociais que se impõem como uma questão política e de direitos humanos. As políticas informacionais precisam inserir essas pessoas, e essa ação não é um favor e sim um direito. O que significa que as instituições, e a sociedade como um todo, devem reconhecer e prover meios inclusivos; tornar seus ambientes acolhedores e acessíveis a todos, inclusive com a acessibilidade atitudinal, que é a percepção com o outro, sem estigmas e preconceitos, com atitudes de respeito afim de remover as barreiras entre pessoas. Nos termos da LBI essas ações devem se constituir de modo a evitar "qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação" ou ainda "atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas" (BRASIL, 2015, Art. 3, alínea "d" e, "e").

Dentre as agências da área no Brasil, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) é a instituição que vem se preocupando com a temática e convocando os bibliotecários a se conscientizarem sobre a acessibilidade nas bibliotecas e por meio do Grupo de Trabalho Acessibilidade em Bibliotecas – GT-Acess. Criado em 2018, o GT Acess vem realizando cursos e oferendo suporte aos profissionais bibliotecários nos atendimentos às pessoas com deficiências em bibliotecas, além de ter participado ativamente da regulamentação do Tratado de Marraquexe no Brasil[3],

[3] Por meio do Tratado de Marraquexe, os países signatários, incluindo o Brasil, assumem a responsabilidade de garantir acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso, é um tratado internacional assinado em Marraquexe, Marrocos, em 28 de junho de 2013. Entrando em vigência no Brasil juridicamente em 30 de setembro de 2016.

propiciando uma política institucional para o atendimento das pessoas com deficiência visual, incentivando a criação de redes de atendimento integral às pessoas com deficiência.

Dito isto, concordamos com Sassaki (2005, p. 1) que a inclusão social é um construto social, que carrega uma "responsabilidade individual e coletiva, é um direito de todas as pessoas independente de suas características e peculiaridades", cabendo ao Estado "[...] garantir a efetivação das políticas públicas sejam nas instituições públicas e privadas, promovendo e fiscalizando iniciativas que favoreçam o respeito à diversidade".

As questões econômicas são fatores que vão impactar diretamente a inclusão de pessoas na sociedade da informação e não é um documento que irá mudar essa realidade, o documento como dispositivo legal interfere, porque ninguém quer ser judicializado por não está cumprindo uma determinação da lei, porém o entendimento de que pessoas precisam ter acesso à informação enquanto um direito difuso, faz com que ampliemos nosso olhar para além do dispositivo-lei. Significa olhar a questão sob a perceptiva dos direitos humanos, superar o imperativo legal, sair da esfera das boas intenções e partir para ações de fato.

Em espaços sociais, como as bibliotecas, onde o conhecimento sistematizado se destaca, os sujeitos sociais esperam e desejam ser efetivamente incluídos, principalmente porque o conhecimento que suas redes compartilham expressam o saber-fazer do ser humano em seu processo histórico, independe de sua cor, etnia, gênero e classe social. Nessa direção, a responsabilidade social e a gestão de políticas informacionais inclusivas devem mover-se a construção de uma sociedade baseada na justiça informacional (ARAUJO, 2018).

Nesse contexto, Nascimento (2009, p. 51) constata que "[...] a questão da inclusão social não é mais uma preocupação apenas local, de pequenos grupos que representam essa população excluída, passando a uma esfera global "[...] assim, a questão dos excluídos ganha representatividade a nível internacional". Braman (2004), em seus estudos sobre o regime global de política de informação, permite-nos identificar as tendências que são comuns em fenômenos e processos do cenário político contemporâneo, entre eles destacamos as diretrizes da Agenda 2030, um plano global em que reúne 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável colocando sob crítica à política de exclusão social e segregação que ainda persiste em diversos países, evidenciando a necessidade de escutas às lutas com vista à manutenção da estabilidade das relações sociais e políticas que sustentam atual regime econômico.

Nesse cenário vale uma reflexão sobre a responsabilidade social, pois à medida que se impõe como uma nova prática da cultura organizacional sob o liberalismo, encontramos brechas para dar eco as lutas históricas de grupos sociais segregados, como as pessoas com deficiências.

Nesse sentido, a responsabilidade social na preceptiva da inclusão da pessoa com deficiência nos espaços institucionais é, tal como na acepção de Sassaki (2009), uma forma de eliminar o preconceito, estigmas, estereótipos e discriminações, nas quais se incluem as ações de informação de caráter formativo, realizadas por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores no sentido da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho. Isso se aplica aos bibliotecários e aos usuários.

No regime de informação global tais ações visam promover a integração da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, nas relações sociais de produção e de consumo de bens e serviços, em outros espaços sociais, como as universidades e suas bibliotecas e nas redes de ensino e de informação que as circunscrevem. Na perspectiva da acessibilidade atitudinal, objeto que motivou esse trabalho, pode-se dizer que o sentimento de pertencimento social também oportuniza a sociedade desconstruir o estereótipo preconceituoso sobre a pessoa com deficiência.

**2.2 A biblioteca universitária e o comportamento capacitista**

Uma biblioteca acessível é uma biblioteca que está preparada para atender a todos, por isso a importância dos estudos de usuários para conhecermos seu público, suas necessidades e demandas informacionais, especialmente as dos usuários com deficiência.

A biblioteca universitária como espaço democrático, deve considerar as especificidades e as necessidades de todos. E nesse sentido, os estudos de usuários se configuram como um recurso a auxiliar também no diagnóstico dos serviços oferecidos e no planejamento de novos, com vista a "[...] buscar novas ferramentas e atitudes que permitam a criação de condições permissíveis ao estudo, à investigação e à aprendizagem" (ALMEIDA; FURTADO; DINIZ, 2017, p. 7), reforçando o papel social da instituição universitária.

Esse entendimento, impõe adaptações, reformulações, sinalizações adequadas, disponibilização de recursos tecnológicos, como as tecnologias assistivas, capacitação da equipe e o mais importante, empatia da equipe, tornar o ambiente acessível é importante, mas não basta! Talvez, a barreira mais difícil de ser transposta é a barreira de atitude. É

imperativo que sejamos acessíveis e inclusivos como pessoas, rever nossas atitudes. Como vimos, muitos preconceitos foram forjados culturalmente e naturalizados, reverberados em práticas excludentes e segregacionista. Inclusive, sem percebermos, frases que estamos habituados a falar são capacitistas e podem ferir uma pessoa com deficiência, como, por exemplo, quando colocamos a deficiência de alguém como inferior ao dizer “Nossa, eu aqui reclamando da vida” ou tratar a pessoa com deficiência como heróis ou mesmo, como exemplos de superação. Os exemplos individuais enfraquecem a luta, pois nem todos têm as mesmas condições para superar as adversidades que enfrentam, elas também se dão de forma desigual. Por exemplo: uma mulher negra, pobre e com alguma deficiência enfrenta mais barreiras sociais que uma mulher branca e com recursos financeiros.

Os pressupostos que norteiam um regime de informação no contexto contemporâneo, no âmbito do ensino universitário, centram-se na rigidez de produtividade, na eficácia e na excelência voltadas para um resultado de criação de produtos tangíveis, com o intuito de apoiar o desenvolvimento econômico (BLACKMORE, 2016), e assim dar prestígio a universidade. Para Brown (2020) o capacitismo se caracteriza na universidade de forma endêmica, e tem como característica a busca pela excelência acadêmica, que são contabilizadas tendo como indicadores a produtividade, a eficiência e a excelência acadêmica. A ênfase no capacitismo acaba reproduzindo preconceitos e baixas expectativas de corpos com deficiência e assim essas pessoas são vistas como não acadêmicas ou mesmo intelectualmente mais fracas e com menos capacidade, conforme ressalta Gilberg (2020). Brown (2020) resume que ao invés de abraçar o diferente como uma condição da sociedade em geral, o mundo acadêmico busca normalizar e unificar as formas de ser acadêmico e de se trabalhar na academia.

De Mozzi (2020) em um estudo sobre uma instituição de ensino superior no Sul do Brasil, apontou que os estudantes com deficiência não buscavam ou reclamavam por melhorias que tinham direito, mesmo quando os espaços não atendiam suas necessidades; outra questão que o estudo apontou é que as estratégias usadas eram voltadas para atender casos específicos e individuais que se davam por demanda, quando teriam que ser pautadas no acesso coletivo e universal. Os estudantes entrevistados buscavam o tempo todo minimizar a sua deficiência e tentar superar as barreiras encontradas, ao invés de usar o direito que a Lei os concede de solicitar a remoção dessas barreiras

O estudo realizado por De Mozzi (2020) só reforça a importância dos gestores de universidades, bibliotecas e espaços públicos e privados de se anteciparem ao problema, esses alunos ainda se sentem deslocados, desconfortáveis em "brigar" por seus direitos. Os agentes públicos, principalmente, o bibliotecário da universidade pública, enquanto garantidor dos direitos das pessoas com deficiência deve mobilizar todas as ações de informação, em especial as formativas, procurando por meio de uma atitude anticapacitista contribuir para que essas barreiras sejam extintas, fazendo de suas bibliotecas espaços de formação acadêmica, de acolhimento, de reconhecimento de direitos.

Ouvir o usuário com deficiência é a estratégia para que as ações de informação - de mediação, de formação se realizem por meio de produtos e serviços que sejam significativos e adequado ao seu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Além disso, deve-se estabelecer estratégias de monitoramento e a verificação no atendimento das demandas locais (SASSAKI, 2005) de modo que ultrapassem os limites da norma legal, dever/obrigação, e se tornem efetivamente formativas.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LBI ao trazer as barreiras atitudinais como uma questão impeditiva nos direitos da pessoa com deficiência, contribui para o entendimento do conceito de documento apresentado por Frohmman (2006), que nos traz uma importante reflexão sobre o comportamento social mediante os dispositivos legais que favorecem grupos específicos da sociedade levando significativas mudanças a diferentes setores da vida social. Por mais que o efeito jurídico de uma norma legal ainda encontre resistências, sua presença é garantia de direitos.

À medida que a sociedade se organiza pela busca e materialização de seus direitos, suas instituições – como as universidades - precisam se adequar não apenas para receber as pessoas com deficiência, mas para dar-lhes condições para que possam ali permanecer e concluir seus estudos. No Brasil essas práticas se expressam em conquistas, como as políticas de ações afirmativas, que mudaram a forma de ingresso nas universidades públicas, provocando adaptações nos espaços físicos, aquisição de acervo acessível, treinamento de pessoal e tudo o que for necessário para garantir o acesso pleno à educação. Tais políticas, fruto de anos de lutas dos movimentos sociais, vêm para compensar uma dívida do estado brasileiro no que diz respeito à ampliação do ensino público e gratuito para todos os cidadãos.

Contexto em que as bibliotecas universitárias, como recurso de apoio didático para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão não se pode furtar de debater.

Essas novas configurações, incluindo a promulgação da LBI em 2015, vêm gerando mudanças de atitudes, na medida que esses direitos podem ser judicializados em caso de negligência. Documentos, como a LBI, provocam uma mudança social, pois interferem na vida das pessoas, no seu comportamento, o que contribui para que lutas históricas, como o acesso à educação inclusiva, em todos os níveis e modalidades de ensino, sejam reconhecidas como direitos sociais. No entanto, sabemos que esse processo é lento e ainda gera muita resistência, mas o próprio sistema econômico vem lhe dando escuta por meio de ações de responsabilidade social. Não coube aqui discutimos a ideologia que perpassa esse discurso nos quadros do novo regime global de informação, da manutenção de sua hegemonia. Atemo-nos a demostrar as contradições que envolvem esse debate, a importância da norma legal para a extensão dos direitos e a importância das ações de informação formativas no sentido de desnaturalizar os discursos capacitistas que ainda cercam a questão da acessibilidade e inclusão social.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Ana Margarida Pisco; FURTADO, Cassia Cordeiro; DINIZ, Isabel Cristina dos Santos. Programas de acessibilidade para apoio aos estudantes com deficiência no ensino superior e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, 2017, Marília, SP. **Anais eletrônicos [...].** Marília, SP: ANCIB/UNESP, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104589. Acesso em: 18 ago. 2022.

ARAUJO, Claudialyne da Silva. As políticas de inclusão social e informacional das pessoas com deficiência, **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 3-10, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/40933/20972. Acesso em: 08 abr. 2022.

AVILA, Eliana Souza. Capacitismo como quererbobia. In: FUNCK, S. B.; MINELLA, L. S.; ASSIS, G. O. (Org.). **Linguagens e narrativas: desafios feministas**, Tubarão, ES: Ed. Copiart, 2014.

BLACKMORE, Paul. **Prestige in academic life**: excellence and exclusion. London; New York: Routledge, 2016.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em: http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União.** Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 09 abr. 2022.

BROWN, Nicole. "**Introduction: Theorizing ableism in academia" en Ableism in Academia**: Theorising experiencies of disabilities and cronic illnesses in higher education editado por Brown, N. y Leigh, J. UCL Press: London, 2020.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: Disability date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith Law Review**, 10, p. 42-62, 2001.

CAMPBELL, Fiona Kumari. **Contours of Ableism** – The production of disability and abledness. Palgrave Macmillan, UK, 2009.

DE MOZZI, Gisele. **Universidade(s) e deficiência(s)**: interfaces, tensões e processos. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, BR-RS, 2020. Disponível em:

https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221521. Acesso em: 08 abr. 2022.

DU MONT, Rosemary Ruhig. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, v. 40, n. 2, p. 201-215, Fall 1991.

FROHMANN, Bernd. Taking policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: Information, systems, people, organizations: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta, 1995. Disponível em: https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informaçã**o. São Paulo: Fundep, 2006. E-Book. p. 1-13. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/829/O%20car%c3%a1ter%20social%2c%20material%20e%20p%c3%bablico%20da%20informa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 abr. 2022.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Org.). **Estudos da Deficiência**: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 17-35. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/14609_livro-estudos-sobre-deficiencia-2020.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

GILLBERG, Claudia. The significance of crashing past gatekeepers of knowledge: Towards full participation of disabled scholars in ableist academic structures. In: N. Brown & J. Leigh (Ed.),

**Ableism in Academia**: Theorising experiences of disabilities and chronic illnesses in higher education, p. 11-30. London: UCL Press, 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013. Acesso em: 08 abr. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ci. Inf**., Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr., 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.29, n.1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357/22383. Acesso em: 10 abr. 2022.

NASCIMENTO, Deise Santos do. **Exclusão informacional e exclusão social**: o caso da comunidade Santa Clara em João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, ano 1, n.1, p. 19-23, out. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.